

# CANAIS COMUNITÁRIOS SE ESPALHAM E CRIAM ENTIDADE NACIONAL

---

Álvaro Benevenuto Júnior\*

**Resumo:** O artigo apresenta apontamentos sobre o desenvolvimento das associações de entidades usuárias dos canais comunitários da TV a cabo brasileira, possível a partir de 1995. Embora as primeiras mobilizações nessa direção estejam registradas na década de 70, pela Associação de Promoção da Cultura, de Porto Alegre, a produção comunitária na TV foi exibida, apenas, em 1996, com a ação pioneira das organizações sociais (não-governamentais e sem fins lucrativos) porto-alegrenses. O pano de fundo deste artigo é mostrar que, apesar de os canais comunitários serem de interesse estritamente local, acabam revelando a complexidade dos distintos interesses sociais e políticos da comunidade, reproduzindo o debate cotidiano que envolve cada setor social. Isso indica a necessidade de uma ampla e constante negociação setorial para manter a comunidade na tela pequena.

---

**Palavras-chave:** canal comunitário; organização social; televisão alternativa.

**Abstract:** This paper presents notes on the development of the associations of entities of the communitarian channels of cable TV in Brazil, since 1995. Although the first mobilizations in this direction are registered in the decade of 1970, through the Association of Promotion of the Culture, of Porto Alegre, the communitarian production in TV was shown, only, in 1996, with the pioneering action of the social organizations (non governmental and without lucrative ends) porto-alegrenses. The proposal of this article is to show that, despite the communitarian channels being of strict local interest, the distinct social interests and politics of the community

---

\* Doutor em Ciências da Comunicação. Professor de Jornalismo em Televisão na Universidade de Caxias do Sul (UCS). Organizador, em conjunto com Valério Cruz Brittos (Unisinos) e Othon Jambeiro (Ufba), da obra *Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: pulsar e pensar* (Edufba, 2005).

finish disclosing the complexity them, reproducing the daily debate that involves each social sector. This indicates the necessity of a big and constant sectorial negotiation to keep the community in the small screen.

---

**Key word:** communitarian channel; social organization; alternative television.

## INTRODUÇÃO

O recente funcionamento da TV por cabo no País se constitui no cenário onde acontece a história dos canais de uso público e gratuito brasileiros, cujo modelo foi inspirado nas emissoras de acesso público que existem nos países mais desenvolvidos do mundo. Neste artigo, partindo de Porto Alegre, dá-se atenção especial aos canais comunitários de TV a cabo, num relato permeado pela análise das interpretações individuais – e institucionais – daqueles que integram as diretorias executivas das Associações de Entidades Usuárias desse espaço.

Para compreender os motivos que incitaram a sociedade organizada a ocupar o canal comunitário, especialmente em Porto Alegre, é preciso relembra um fato registrado no Rio Grande do Sul, na década de 70, quando universitários e profissionais liberais demonstravam preocupações em relação ao plano de desenvolvimento da planta das telecomunicações brasileiras e a efetiva expansão das emissoras de televisão, a partir da então recente rede nacional de televisão, oficialmente inaugurada com a histórica edição do *Jornal Nacional*, em 1º de setembro de 1969.

Também é preciso recordar que, apesar das resistências quanto à sua implantação, a televisão a cabo ainda era um projeto que interessava às empresas da mídia, à indústria eletroeletrônica e ao governo militar, dentro da estratégia nacionalista de desenvolvimento moldada pela Escola Superior de Guerra (ESG), sob o lema “Integrar para não entregar”.

Naquela época, as delegações da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), que participavam do V Seminário de Teleducação em Recife, propuseram encaminhar pedido para que o Programa Nacional de Telecomunicações (Prontel) integrasse as universidades e demais instituições educacionais no debate sobre a implantação da cabodifusão, para que pudessem incrementar o sistema educativo através da nova tecnologia de comunicação.<sup>1</sup> Porém, essa solicitação nunca apa-

---

<sup>1</sup> Isso aconteceu a partir da notícia de que seis empresas estavam interessadas em explorar comercialmente o serviço de TV a cabo. A mesma notícia informava que a Rede Globo de Televisão já havia criado, em 1971, uma subsidiária (a Televisão a Cabo — TVC) para operar no segmento e que o Ministério das Comunicações já havia minutado a matéria, prevendo a implantação pioneira nas cidades de Campinas, Rio de Janeiro e Porto Alegre. (HERZ, Daniel K. *A introdução de novas tecnologias de comunicação no Brasil: tentativas de implantação do serviço de cabodifusão*, 1983. Dissertação (Mestrado em Comunicação) — Faculdade de Comunicação Social, Universidade de Brasília, 1983. p. 235-473).

receu nos anais do evento, pois “nos bastidores do seminário, comentou-se com os autores da proposta que esse tipo de iniciativa era inútil, pois o serviço já estava destinado à exploração comercial pela Rede Globo”.<sup>2</sup>

A proposta gaúcha não ficou restrita àquele evento. Seguiu sendo apresentada nos seminários sobre a televisão na Alemanha, realizados em Porto Alegre, e na participação em encontros nos quais eram abordadas questões a respeito das telecomunicações. Alimentou-se a discussão sobre a necessidade de publicizar os projetos do Prontel (sob a alegação de que eles incidiam no cotidiano da população) e, assim, construíram-se as bases para criar um movimento pela democratização da comunicação.

Assim, o Rio Grande do Sul se destacou na liderança dessa luta, em 1974, com a fundação da Associação de Promoção Cultural (APC) – organização civil de Direito Privado, formada por professores universitários, profissionais liberais e estudantes das áreas de Comunicação e Engenharia Eletrônica, preocupados com a política nacional de telecomunicações e a sua conseqüente exploração comercial, cada vez mais distante dos propósitos culturais e educativos públicos.

As duas dezenas de anos de mobilização para democratizar a comunicação, quando aconteceram movimentos na direção de articular organizações sociais, educacionais e sindicais em eventos científicos, de promover fóruns e outras formas de debate e a criação de instâncias políticas de representação social que precederam a promulgação da Lei do Cabo, construíram a arena onde assistiu-se à entrada do primeiro canal brasileiro da TV a cabo com conteúdo inteiramente produzido por entidades sociais e comunitárias, em setembro de 1996.

A história do canal comunitário de Porto Alegre começou no rastro dos trabalhos do Conselho Municipal de Comunicação (CMC), criado pelo Decreto-lei 9.426, de 5 de janeiro de 1989, para “exercer um papel de vigilância cívica em relação às responsabilidades dos meios de comunicação de massa e debater os impactos cultural, político e econômico das novas tecnologias de comunicação no município”,<sup>3</sup> durante a primeira gestão da Administração Popular na Prefeitura.<sup>4</sup>

<sup>2</sup> HERZ, op. cit., p. 272.

<sup>3</sup> CONSELHO MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. *Relatório do Conselho Municipal de Comunicação*. Porto Alegre, 1994. Mimeo.

<sup>4</sup> Administração Popular foi o *slogan* que caracterizou os mandatos da Frente Popular, coligação partidária que venceu as eleições municipais de 1988. Coordenada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), a aliança envolvia o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Verde (PV), representando, naquele momento, a esquerda gaúcha. A Administração Popular seguiu no Executivo porto-alegrense por quatro eleições consecutivas, liderada por Olívio Dutra (1988-1992), Tarso Genro (1992-1996), Raul Pont (1996-2000), Tarso Genro/João Verle (2000-2004), com algumas alterações na composição da frente partidária. No pleito de 2004, a Frente Popular disputou o segundo turno das eleições, conquistando apenas 46,7% do total dos votos.

Entretanto, o conselho foi implementado somente em 1994, em função do debate sobre o impacto das novas tecnologias de comunicação.

Conforme Osório, “o CMC promoveu atividades de capacitação e mobilização, entre elas um seminário denominado ‘Traçando Caminhos’, de 21 a 22 de novembro de 1994, quando foram debatidos temas relativos às novas tecnologias e à legislação, bem como o ‘1º Encontro Estadual de Radiodifusão Comunitária, em 1º de junho de 1996’”.<sup>5</sup>

As atividades do conselho envolveram também a tarefa política de coordenar a criação e a implantação do canal, dando suporte à articulação com as entidades sociais, apoio logístico às reuniões e viabilizando a publicação de convites e editais de convocação da primeira assembléia.

O que houve de fato foi que o poder público, a pedido do Conselho de Comunicação, que estava se formando, deu sustentação à criação do canal, viabilizando, eventualmente, algum material, locando uma sala, publicando um anúncio, nada ilegal e que fosse custoso. O que foi custoso foi o grande trabalho de articulação e mobilização que a área de Comunicação fazia, consultando os empresários, que se retiraram [do Conselho], chamando as entidades, explicando, às dezenas de entidades que afluíram, do que se tratava. Uma intensa mobilização, que, acredito, era a nossa obrigação.<sup>6</sup>

A atitude pioneira de ocupar espaço na NET, colocada a termo pelos gaúchos, foi inspirada pelas lideranças sociais paulistas, que, mesmo antes da vigência da lei, investiram seus esforços na reunião das ONGs, visando a criar as instâncias de gestão do que viria a ser o canal comunitário na televisão a cabo. Significa afirmar que, se setembro de 1996 passou a ser marco da entrada oficial da comunidade no cabo e a definir o início da disseminação de canais pelo País, a história guardou as articulações anteriores, que ocorreram bem longe de Porto Alegre.

É necessário fazer esse registro, pois um ano antes da ocupação do canal em Porto Alegre, a “pedido da então assessora do ministro das Comunicações, Irma Passoni, a instituição educacional *Colméia* convidou algumas organizações para uma primeira reunião [cuja pauta era a ocupação do canal], que aconteceu em 11 de agosto de 1995”,<sup>7</sup> confirmando a cidade de São Paulo como principal cenário

.....  
<sup>5</sup> OSÓRIO, Pedro Luiz da Silveira. *Comunicação e cidadania: a contribuição da Administração Popular de Porto Alegre* para um novo modelo de comunicação política e governamental. 2003. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003, p. 80.

<sup>6</sup> OSÓRIO, Pedro Luiz da Silveira. *Entrevista concedida pelo então coordenador de Comunicação Social da Prefeitura de Porto Alegre e ex-presidente do Conselho Municipal de Comunicação*. São Leopoldo, 12 set. 2003.

<sup>7</sup> BOFFETTI, Valdir A. *Canais comunitários: construindo a democracia na TV a cabo*. 1999. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 1999. p. 81.

das propostas de ações midiáticas alternativas, conforme registros da história dos novos movimentos sociais.

Isso acontece porque, além de ser o palco das principais mobilizações da resistência ao *establishment* dos anos de governo militar e de concentrar os principais pólos de produção industrial da mídia dominante e alternativa, São Paulo alojava a vanguarda do pensamento acadêmico das décadas de 60-80. Sendo assim, a crítica dos meios e o incentivo à produção de outros conteúdos, especialmente no setor audiovisual, encontraram ambiente favorável e infra-estrutura suficiente para fomentar ações que valorizassem as expressões alijadas pelas grandes mídias, aplicando tecnologia de ponta para sua realização.

Wainer e Priolli são dois pesquisadores que trabalharam com audiovisual alternativo e estiveram à frente de um dos projetos de circuito interno de televisão, o qual é considerado ponto de partida para a formatação dos canais universitários de hoje, operando sob o mesmo regulamento dos canais comunitários.<sup>8</sup>

Essa proposta começou no início dos anos 80, quando a PUC/SP implantou um sistema interno de distribuição de sinais, colocando no ar a primeira experiência exclusivamente universitária em TV da qual se tem notícia no Brasil.<sup>9</sup>

A programação, segundo o relato, continha telejornalismo, documentários e vídeos experimentais produzidos pelos acadêmicos de Comunicação Social, apoiados por uma equipe de técnicos e professores contratada para o projeto. A TV PUC também transmitia palestras e entrevistas com convidados importantes, debates sobre a vida acadêmica e informações sobre o cotidiano universitário (prazos para matrículas, anúncios de cursos de extensão, dicas culturais, etc.).

A experiência deu certo, e a TV PUC alçou mais um vôo: queria uma licença especial para, mensalmente, exibir um de seus programas (“Conversas Impertinentes”) por um dos canais de UHF, cobrindo parte da cidade de São Paulo. Isso não aconteceu, mas o programa foi ao ar através do cabo, no início dos anos 90, depois de um acordo com a operadora local. O momento ficou registrado como a primeira inclusão brasileira de conteúdos no *menu* do cabo, produzidos fora da indústria audiovisual.

<sup>8</sup> No artigo 23 da Lei do Cabo, as operadoras são obrigadas a oferecer esses canais de uso público, gratuitos e compartilhados com as demais instituições que estão instaladas na área de operação da TV a cabo. (BRASIL, Lei 8.977/95. Dispõe sobre o serviço de TV a cabo e dá outras providências.

Disponível em: < [http://www.anatel.gov.br/tv\\_assinatura/tvacabo/leis.asp?CodArea=27&CodTopico=1041&CodTemplate=73&ElemTemplate=1&CodServicoChamamento=18,5,23,19](http://www.anatel.gov.br/tv_assinatura/tvacabo/leis.asp?CodArea=27&CodTopico=1041&CodTemplate=73&ElemTemplate=1&CodServicoChamamento=18,5,23,19). Acesso em: 7 nov. 2005.

<sup>9</sup> Em palestra sobre as TVs Comunitárias durante o I Encontro Estadual de Vídeo Popular, realizado em Porto Alegre, em 1990, Júlio Wainer abordou a experiência da TV PUC como uma das alternativas de exibição das produções engajadas. (WAINER, Júlio. A experiência da TV PUC. In: ENCONTRO ESTADUAL DE VÍDEO POPULAR, 1., 1990, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: 1990.

Subseqüentemente a essa experiência, a atuação de Passoni<sup>10</sup> na Câmara Federal, depois na assessoria ministerial e, mais tarde, como consultora da NET paulista, serviu de fermento para a mobilização das entidades sociais, que chegaram a fundar uma comissão provisória para a organização gestora do espaço comunitário do cabo. As informações privilegiadas sobre o trâmite da Lei do Cabo, o interesse político do presidente e do então ministro Sérgio Motta (ambos paulistas) e a capacidade instalada de produção audiovisual serviram como adubo para acelerar o debate.

Esses encontros, que chegaram a reunir 80 convidados, foram marcados por acordos e desacordos, tendo em vista os propósitos para a ocupação do canal, bem como seu financiamento. A falta de entendimento entre os participantes foi o que tirou o pioneirismo operacional dos atores comunitários paulistas, entregando-o ao Rio Grande do Sul.

Um dos pontos de discórdia se localizava nas características do canal. Uma parte queria-o de uso indistinto, aberto para qualquer pessoa (física ou jurídica), que se dispusesse a ser produtora audiovisual, independentemente de se preocupar com o financiamento e a manutenção da infra-estrutura necessária para manter o canal funcionando. A outra parcela entendia que, por ser um canal comunitário, estava destinado às agremiações sociais que participassem efetivamente da arrecadação dos recursos necessários para sustentar o meio. Além disso, entendiam o espaço como um lugar para ver a ação política da comunidade através de seu potencial difusor.

Conforme Boffetti, “as divergências de concepções quanto ao uso e objetivo do canal comunitário tornaram-se mais agudas, e as próprias dificuldades de relacionamento pessoal entre alguns que lideravam as discussões, precipitaram um rompimento entre as entidades”,<sup>11</sup> provocando a cisão do movimento em cinco frentes:

1. a *TV Interação*, formada pela Colméia, Escola de Pais, Associação Comercial de São Paulo, Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), União Cívica Feminina, e Federação dos Amigos de Museus;
2. a *TV Comunitária*, liderada pelos Sindicatos dos Jornalistas, dos Radialistas e pelo Comitê São Paulo do FNDC;
3. a *TV Sampa*, cuja liderança reunia grupos ligados aos movimentos feminista e homossexual e produtores independentes, entre eles a Rede Mulher e Co-Mulher e os autônomos;
4. a *Vida e Trabalho*, entidade ligada à Federação dos Empregados no Comércio;
5. a *TV OAB*, da seção paulista da Ordem dos Advogados do Brasil.

<sup>10</sup> Irma Passoni foi deputada federal constituinte (PT) e membro da comissão que elaborou capítulos da Constituição referentes à Ciência e Tecnologia e das Comunicações. Depois, ela assumiu a coordenação dos trabalhos que resultaram na Lei do Cabo, em 1994, e não conseguiu reeleger-se. Após seu desligamento do PT, assumiu uma assessoria no Ministério das Comunicações, onde ficou de 1995 a 1996, quando passou a ser consultora da NET para a implantação dos canais de acesso público no Estado de São Paulo.

<sup>11</sup> BOFFETTI, op. cit., p. 84.

Além de atrasar a entrada dos programas no canal a cabo e de perder a oportunidade de pioneirismo, a disputa sobre os direitos de gerir o canal comunitário foi parar na Justiça e, apesar de contar com o assessoramento da consultoria da NET, a organização da entidade gestora do canal paulista continua dependendo de decisão judicial. Entretanto, ela acabou sendo assumida pela *TV OAB e Vida e Trabalho*, com o apoio de mais 30 entidades, estreando o sinal em 27 de setembro de 1997 através dos canais 14 da NET, Multicanal e TVA.<sup>12</sup>

Afora as disputas, que demonstram um firme posicionamento ideológico – e rasa disposição de negociar os avanços e retrocessos – dos segmentos sociais, o canal comunitário de São Paulo entrou em operação definitiva no dia 1º de novembro do mesmo ano, com 86 entidades participando da grade. Apesar da dependência do pronunciamento da Justiça, o canal comunitário paulista tem trabalhado na perspectiva de recuperar e registrar as manifestações culturais da maior metrópole da América Latina; garantir a informação; fortalecer a democracia e o Estado de Direito das Organizações Não-Governamentais; prestar serviços aos direitos da cidadania e promover ações do indivíduo em causas públicas.<sup>13</sup>

É assim que se tem mantido a programação paulistana, com uma centena de organizações sociais exibindo seus programas, em todos os dias da semana, no intervalo das 12 horas à 1h30min. Os conteúdos variam entre corporativos, religiosos, de personalidades da sociedade, musicais e de debate do cotidiano.

## ATVC RIO

A Associação de Entidades do Canal Comunitário do Rio de Janeiro (ATVC) foi criada em 31 de outubro de 1996, dois meses depois da congênere gaúcha. As articulações, indicando que elas começaram no mesmo período que Porto Alegre e São Paulo, permitem perceber que as maiores capitais do Sul e Sudeste são as principais incentivadoras do movimento de ocupação dos canais comunitários. A operação da ATVC Rio começou dois meses depois da data de fundação da entidade, com a exibição de programas de 25 sócios, ocupando as 24 horas do canal 6 da NET.

No caso carioca, as 200 entidades estão inscritas na associação, que é financiada pelas mensalidades. Atualmente, conforme Fonseca,<sup>14</sup> 70 organizações têm sido

.....  
<sup>12</sup> O financiamento provém da contribuição dos interessados em exibir, os quais pagam pelo tempo de ocupação da grade, calculado em R\$ 1,20 ao minuto.

<sup>13</sup> BOFFETTI, op. cit., p. 92.

<sup>14</sup> FONSECA, Alcebíades. *Entrevista concedida pelo coordenador administrativo da ATVC Rio, Rio de Janeiro*. Disponível em: <abenevenutojr@gmail.com> Acesso em: 25 mar. 2005.

pontuais nos pagamentos, que seguem cálculo em padrão semelhante ao dos gaúchos, isto é, cada contribuinte é classificado conforme a sua capacidade de arrecadação anual, e isso serve de base de cálculo para o montante da contribuição.

Não é apenas na cotização que a ATVC Rio se assemelha à organização gaúcha. Sua administração é feita por um Conselho Executivo, composto por 15 entidades, que elegem sete para executar as atividades cotidianas de administração, financiamento, programação, relações institucionais e capacitação para a produção. Há, também, os Conselhos Fiscal e de Ética, com seis e cinco representantes de associados, respectivamente, responsáveis pelas orientações de gestão e pelos parâmetros de convivência e conveniência internos.

Mas é na grade que se vê a maior diferença da congênere gaúcha: “É garantido o acesso de todas as organizações comunitárias que, se filiadas ao canal, têm horário fixo na grade. Se não, podem exibir, mas não têm direito a voz e nem voto [...]. Além disso, estamos discutindo a produção própria do canal.”<sup>15</sup> Essa abertura de ingresso de conteúdos oferece ao espectador uma multiplicidade de temas, não se limitando a questões puramente da comunidade. A variedade ganha força pela própria fonte de captação dos programas, que é diversificada e avulsa. A seleção fica sob responsabilidade da coordenação de programação, exercida por um membro da Executiva.

Dessa forma, a ATVC Rio “oferece programação eclética, elaborada a partir do planejamento e da gestão abertos e é feita sem a interferência do governo e dos grandes empresários da mídia”,<sup>16</sup> conseguindo, assim, trabalhar na perspectiva da democratização da comunicação.

## ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CANAIS COMUNITÁRIOS (ABCCOM)

A partir dessas propostas pioneiras (Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo), seguiram-se as ocupações dos canais em Brasília, Florianópolis, Curitiba e Campo Grande, como capitais de estados dotadas de movimentos sociais mais articulados e de significativa prospecção de crescimento do mercado (na ótica das operadoras). Depois das capitais, outro lugar no qual se verificou grande movimentação dos canais comunitários da TV a cabo foi o interior de São Paulo.

Percebendo o avanço numérico, as associações de Brasília, Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro convocaram, em 2001, uma reunião dos canais comunitários brasileiros para debater a formação de uma associação nacional, com o objetivo de

.....  
<sup>15</sup> FONSECA, op. cit.

<sup>16</sup> Idem.

ampliar a capacidade de negociar com organismos que pudessem liberar verbas para financiar produções, como o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e o Fundo de Universalização do Sistema de Telecomunicações (Fust) e Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), através de suas linhas de financiamento para fomentar atividades econômicas locais.

Em outra frente, essa representação se destinava a ampliar contatos com produtores autônomos e ligados a movimentos sociais, das artes e da cultura para disponibilizar conteúdos para as grades dos canais comunitários nacionais, provendo-os de opções diversas para montar as mesmas. Um dos alvos dessa ação relacionava a liberação dos custos de exibição dos audiovisuais financiados pelas leis de renúncia fiscal oriundas do governo federal. Procurava, ainda, unificar as orientações nas quais as novas entidades do gênero pudessem encontrar referência.

A partir dessas premissas, em 21 de junho de 2001, em São Paulo, foi criada a Associação Brasileira dos Canais Comunitários (ABCCOM),<sup>17</sup> cuja ata de fundação contou com a assinatura de agremiações de Dourados (MS), Uberlândia e Sabará (MG), Ponta Grossa (PR), Campinas, Sorocaba, Mogi Guaçu, Guarujá, Piracicaba, Santos, Bauru, Assis e Araçatuba (SP), Pelotas (RS), demonstrando que a disseminação dos canais, embora não espalhada pelo território nacional, tinha seguido seu trajeto.

Porém, como é característica do próprio movimento social, os novos operadores em canais comunitários não adotaram os modelos oferecidos pela ABCCOM, num sinal de preservação da autonomia de cada organização social. Significa, também, a diversidade nas interpretações daquilo que está escrito no regulamento, cuja administração do espaço tem livre-arbítrio, possibilitando certos embates na hora de decidir o destino dos poderes e das condições técnicas operacionais. Essas são condicionantes de *foro íntimo* dos participantes de cada segmento, que fogem à análise geral.

Hoje, a ABCCOM está sob a coordenação da TV Comunitária de Brasília e é uma das representantes brasileiras na distribuição dos conteúdos da TV Sur, enviados pelo satélite, para toda a América Latina, além de colaborar com o envio de programas nacionais. A TV Sur é um consórcio que envolve a Venezuela, o Uruguai, a Argentina e Cuba, o qual se propõe a transmitir informações não-tratadas pelo circuito internacional da mídia, especialmente no que se refere a conteúdo televisivo. É uma forma de resistência ao mercado oligopolizado da televisão mundial.<sup>18</sup>

<sup>17</sup> ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CANAIS COMUNITÁRIOS. **Documentos**. Disponível em: <<http://www.abccom.com.br>>. Acesso em: 28 jul. 2005. O sítio está em construção, oferecendo apenas alguns lugares de texto para pesquisa. Nem mesmo os *links* foram atualizados.

<sup>18</sup> TV COMUNITÁRIA DE BRASÍLIA. Disponível em: <<http://www.TVComunitariadf.com.br>>. Acesso em: 28 jul. 2005.

Ela consiste em uma emissora localizada na Venezuela, que usa o satélite (com sinal aberto) para distribuir os sinais ao território americano. As centrais de produção estão distribuídas pela América Latina, encontrando apoio em organizações que trabalham com audiovisual na área de comunicação alternativa, cidadania, educação, saúde e vinculadas a movimentos sociais.

Dessa forma, a TV Sur encontrou adesão imediata dos canais comunitários de Brasília, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo, para inserir a programação, conforme horários disponíveis em grade, uma vez que não há restrições da geradora acerca de horários e de grade. Ela opera, no Brasil, paralelamente aos sistemas de televisão educativa, encontrando apoio para parte de sua programação na TVE do Paraná.

## NO RIO GRANDE DO SUL

Pelotas, depois de Porto Alegre, foi a cidade que ocupou o espaço do canal comunitário na TV a cabo. Lá, como em São Paulo, duas operadoras exploram os serviços disponibilizando dois espaços (o Canal 15 da Via Cabo e o Canal 14 da NET), dando oportunidade à existência de duas organizações gestoras, a TV Comunitária, que exhibe programas no Canal 15, das 12h às 24h e a ComTV, no Canal 14, no mesmo horário, contrariando o espírito da unicidade administrativa da lei e o próprio exemplo paulistano.

Os conteúdos da ComTV, fundada em 1999, são compostos por “jornalismo e comentários, ao vivo, e de campanhas de cunho social”,<sup>19</sup> enquanto a TV Comunitária, cuja fundação foi em 2000, exibia conteúdos realizados pelas dez entidades que participavam da gestão do canal e de programas realizados por estudantes de Comunicação da cidade.

Em 2001, as administradoras dos comunitários não se entenderam no compartilhamento dos espaços, e a questão foi parar na Justiça. Hoje, ainda em decisão precária, elas dividem o tempo de exibição: uma metade do dia para cada uma, ficando a faixa das 12h às 24h como o tempo para a entrada dos programas inéditos em ambos os canais.

Já em Caxias do Sul, a TV Caxias, no Canal 14 da NET, continua ensaiando a inserção de programas da comunidade. Isso acontece desde março de 2005. O espaço é gerido pela Associação das Entidades Usuárias do Canal Comunitário de Caxias do Sul, fundada a partir da iniciativa de Daniel Jardim, corretor imobiliário. Ele teve a idéia quando participava das reuniões do Orçamento Participativo

.....  
<sup>19</sup> LACERDA, Valmor. *Entrevista concedida pelo presidente da ComTV, Pelotas*. Nova Petrópolis, 31 mar. 2005.

caxiense, em março de 2004, representando a Associação de Moradores do Piazza d'Italia, conjunto residencial de classe média alta da cidade.

Aliando-se ao Clube de Rally, à então diretoria regional do Sindicato dos Jornalistas e à do Sindicato dos Professores local, a gestora do canal foi criada em 19 de julho de 2004, mas conseguiu operar somente em março de 2005, quando instalou seu equipamento (todo digital), em espaço cedido por um estúdio de computação gráfica, que apóia o projeto.

Tudo não passou de um “estalo da curiosidade, pois também sou técnico eletrônico e apaixonado por televisão. Na hora que percebi a possibilidade de usar um sintonizador, uma parabólica e uma câmera, fui pesquisar e acabei fundando a TV Caxias”,<sup>20</sup> que transmitiu algumas festas comunitárias em caráter experimental e hoje prepara a grade.

Porém, a TV Caxias não é consenso entre as organizações comunitárias da cidade. A União das Associações de Bairro (UAB), que tem coordenado o movimento há mais de 50 anos, não participa do canal comunitário. Nem entidades como cooperativas, clubes de serviços, associação de pais, igrejas, serviços sociais independentes e até mesmo a Câmara de Indústria, Comércio e Serviços (mesmo que isso pareça muito contraditório), foram contatados para integrar a organização.

## APONTAMENTOS FINAIS

A diversidade das organizações gestoras dos canais comunitários – ora congregando amplos setores, ora formada a partir da iniciativa individual – oferece elementos para perceber que esse é um espaço permeado por disputas de poder simbólico e político veladas, seja de origem social, seja econômica.

Também fica evidente que a *modelagem* de pluralidade, democracia e respeito é bastante frágil, tornando o ambiente dos canais comunitários uma espécie de “em terra de cego, quem tem um olho é rei”. Seria essa a sina do movimento comunitário na televisão? Ao que tudo indica, sim.

São características que reforçam a necessidade de existir intensa negociação entre os setores que formam a comunidade, pois à letra fria da lei, qualquer organização social, com base de atuação dentro dos limites da operadora e que seja de caráter civil, sem fins lucrativos, tem direito a exibir sua produção audiovisual na rede de televisão a cabo. Isso pode acontecer desde que essa entidade cubra os custos

.....  
<sup>20</sup> JARDIM, Daniel. Entrevista concedida pelo presidente da Associação das Entidades Usuárias do Canal Comunitário de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 3 mar. 2005.

da produção televisiva, e que o conteúdo não agrida os regimentos legais e morais. Nesse sentido, se o canal de Porto Alegre tem mostrado disposição para negociar e superar divergências,<sup>21</sup> São Paulo ainda aguarda a decisão em instância judicial. Cada canal tem sua particularidade, e cada um precisa encontrar seu próprio caminho.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CANAIS COMUNITÁRIOS. *Documentos*. Disponível em: <<http://www.abbcom.com.br>>. Acesso em: 28 jul. 2005. O sítio está em construção, oferecendo apenas alguns lugares de texto para pesquisa. Nem mesmo os *links* foram atualizados.

BENEVENUTO JÚNIOR, Álvaro. *De canal comunitário a POA TV: estratégias e políticas da comunidade na TV a cabo em Porto Alegre*. 2005. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Centro de Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005.

BOFFETTI, Valdir A. *Canais comunitários: construindo a democracia na TV a cabo*. 1999. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 1999. p. 81.

BRASIL, Lei 8.977/95. Dispõe sobre o serviço de TV a cabo e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.anatel.gov.br/tv\\_assinatura/tvacabo/leis.asp?CodArea=27 & CodTopico=1041&CodTemplate=73&ElemTemplate=1&CodServicoChamamento=18,5,23,19](http://www.anatel.gov.br/tv_assinatura/tvacabo/leis.asp?CodArea=27 & CodTopico=1041&CodTemplate=73&ElemTemplate=1&CodServicoChamamento=18,5,23,19)>. Acesso em: 7 nov. 2005.

CONSELHO MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. *Relatório do Conselho Municipal de Comunicação*. Porto Alegre, 1994. Mimeo.

FONSECA, Alcebiades. *Entrevista concedida pelo coordenador administrativo da ATVC Rio, Rio de Janeiro*. Disponível em: [abenevenutojr@gmail.com](mailto:abenevenutojr@gmail.com). Acesso em: 25 mar. 2005.

HERZ, Daniel K. *A introdução de novas tecnologias de comunicação no Brasil: tentativas de implantação do serviço de cabodifusão*, 1983. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade de Brasília, Brasília, 1983. p. 235-473.

JARDIM, Daniel. *Entrevista concedida pelo presidente da Associação das Entidades Usuárias do Canal Comunitário de Caxias do Sul*. Caxias do Sul, 3 mar. 2005.

.....  
<sup>21</sup> Vejam-se detalhes em BENEVENUTO JÚNIOR, Álvaro. *De canal comunitário a POA TV: estratégias e políticas da comunidade na TV a cabo em Porto Alegre*, 2005. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Centro de Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005.

LACERDA, Valmor. *Entrevista concedida pelo presidente da ComTV, Pelotas*. Nova Petrópolis, 31 mar. 2005.

OSÓRIO, Pedro Luiz da Silveira. *Comunicação e cidadania: a contribuição da Administração Popular de Porto Alegre para um novo modelo de comunicação política e governamental*. 2003. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. p. 80.

OSÓRIO, Pedro Luiz da Silveira. *Entrevista concedida pelo então coordenador de Comunicação Social da Prefeitura de Porto Alegre e ex-presidente do Conselho Municipal de Comunicação*. São Leopoldo, 12 set. 2003.

TV COMUNITÁRIA DE BRASÍLIA. Disponível em: <<http://www.TVComunitariadf.com.br>> . Acesso em: 28 jul. 2005.

WAINER, Júlio. A experiência da TV PUC. In: ENCONTRO ESTADUAL DE VÍDEO POPULAR, 1., 1990, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: 1990.